

VEJA O QUE VEM POR AÍ:

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com a falsa argumentação replicada pela propaganda oficial de que a Previdência é deficitária, o governo Temer quer fazer uma reforma que ataca de frente os direitos adquiridos e pune os trabalhadores em geral e as mulheres de forma particular, com o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição e com o fim da aposentadoria especial dos professores. Ao invés de fiscalizar e cobrar das empresas o que é devido, o governo federal quer, mais uma vez penalizar os trabalhadores com uma reforma que, na maioria dos casos, os fará trabalhar até morrer.

Caso seja aprovada no Congresso, a proposta de Temer/Meirelles vai acabar de vez com a aposentadoria relativamente especial das professoras (que atualmente se dá aos 25 anos foi agregado idade) e cria uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, com um tempo de contribuição de 49 anos para conseguirem receber o teto do INSS.

A contrarreforma de Temer é tão absurda que, se aprovada, vai restringir ou dificultar o acesso à aposentadoria. Muitos avaliam que não se trata de uma reforma e sim o

fim da aposentadoria, especialmente para os trabalhadores menos qualificados, que entram no mercado mais cedo, sem carteira assinada, passam vários períodos desempregados ou subempregados, para as mulheres e os trabalhadores rurais.

REFORMA TRABALHISTA

Além de atacar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), acabando com uma legislação que funciona há mais de 80 anos na defesa dos direitos do trabalhador, a proposta do governo federal é permitir a terceirização de forma integral (atualmente, ela existe em setores secundários das empresas e repartições, como segurança e limpeza e serviços gerais). Outro alvo da reforma é a política de reajuste do salário mínimo com ganho real e técnicos e empresários ligados ao governo já defendem abertamente a sua regionalização, com a liberação de pisos diferenciados de acordo com a região do país, como ocorria antes da década de 1990. Outra manobra implícita por trás da reforma trabalhista é o ataque ao direito de representação sindical, fragilizando ainda mais a defesa dos interesses dos trabalhadores frente aos patrões.

VEJA OS PROJETOS QUE FORAM ANUNCIADOS NO ANO PASSADO E QUE JÁ TRAMITARAM OU TRAMITAM NO CONGRESSO

TETO DE GASTOS

1 – A PEC 55 (foi aprovada antes pela Câmara como PEC 241) limita pelos próximos 20 anos qualquer governo que pretenda realizar um pesado investimento em saúde, educação, assistência social e Previdência. Não importa mais o aumento da arrecadação dos gastos federais, esta emenda determina que os mesmos não poderão crescer acima da inflação acumulada no ano anterior. Assim, ela revoga uma conquista da sociedade prevista pela Constituição Federal de 1988, que vincula os investimentos em saúde e educação à evolução da arrecadação federal. Já foi aprovada pelo Senado em dezembro e sancionada por Temer.

MORDAÇA NAS ESCOLAS?

2 - “Lei da mordaza” – tanto o PL 867/2015 (Lei Escola sem partido) quanto o PL 1411/2015 (“assédio ideológico”) estão sendo discutidos pelas comissões na Câmara; para a discussão do 867 inclusive foi formada comissão Especial da Câmara dos Deputados, cuja maioria é formada deputados favoráveis ao PL – ambos criam a figura do assédio ideológico, prevendo penas para educadores e estudantes.

TERCEIRIZAÇÃO

3 - (PL 4.330/2006): o PL da terceirização ilimitada, que está no Senado.

REFORMA NO ENSINO MÉDIO

4 - A MP 746 implanta uma reforma do ensino médio, que condena definitivamente o futuro das classes populares ao trabalho precário e mal remunerado do qual o capital tanto precisa para ampliar os seus lucros. Ela está na pauta do dia do Senado e pode ser aprovada a qualquer momento.

5 – Lei complementar 156 (antigo PL 257): já aprovado pelo Congresso e sancionado pelo governo. Com a desculpa de promover a reestruturação fiscal e dialogar com demandas dos governos estaduais, a lei cria medidas de contenção de custos que vão do arrocho salarial dos servidores à privatização de estatais, implícita na possibilidade da União aceitar ativos pertencentes aos Estados (empresas públicas e participações acionárias majoritárias – para futura venda). Isto implicará numa queda da qualidade do serviço público, prejudicando usuários e servidores

Sepe teve audiência com o novo secretário municipal de Educação César Benjamin

A direção do Sepe teve uma audiência no dia 26/01 com o novo secretário municipal de Educação, Esporte e Lazer, César Benjamin. O encontro foi realizado na sede da SME, na Praça Onze (Centro Administrativo São Sebastião) e dele participou a coordenação geral do Sepe e Benjamin. Veja o que foi discutido na reunião:

Sobre a reestruturação nas escolas municipais, o secretário informou que recebeu parecer escrito das CRE's, a partir das reuniões realizadas com o Sepe e do levantamento de problemas da rede. Ele disse que a reestruturação está suspensa, mas os profissionais que escolheram nova lotação não poderão retornar às escolas de origem, por que isto inviabilizaria o início do ano letivo. Os profissionais que não escolheram nova lotação permanecerão na escola de origem e uma comissão composta pelo Sepe, SME-RJ, professores e funcionários que estão nesta situação buscará uma solução caso a caso, indo a campo buscar as soluções locais. Segundo a secretaria, ninguém será removido compulsoriamente.

A direção do Sepe pontuou que nem todas as CRE's realizaram reuniões com as regionais do Sepe e que o debate da reestruturação não havia sido feito com a comunidade escolar, acrescentando que os profissionais foram coagidos a escolher nova lotação, numa remoção compulsória feita sem apresentação de nenhum documento da SME.

O secretário insistiu que não havia como promover o retorno dos profissionais para as escolas. A primeira reunião da Comissão aconteceu na EM Noel Nutes, dia 31 de janeiro, às 9h.

O Sepe entregou um relatório com todas as paralisações e greves realizadas durante o governo de Eduardo Paes, cobrando o abono funcional e a devolução dos descontos da greve de 2014. O secretário disse que iria estudar o caso e entregar a reivindicação ao prefeito Marcelo Crivella.

O Sepe já entregou um ofício solicitando uma audiência com o novo prefeito e aguarda a resposta do chefe do Executivo municipal.

César Benjamin informou que as Chefias das CRE's permanecerão até as eleições. O Sepe reivindicou presença no Grupo de Trabalho que irá organizar estas eleições, pois a comissão é composta apenas de diretores e coordenadores de CRE.

A direção do sindicato também cobrou o cumprimento do 1/3 de carga horária para planejamento; a redução da carga horária de funcionários para 30 horas; a convocação dos concursados e convocação de novos concursos; a migração (incluindo o tema do concurso de 1992); valorização profissional, entre outros temas. Todos ficaram de ser discutidos nas próximas reuniões. O secretário concordou com a realização destas reuniões temáticas.



**FILIE-SE AO SEPE, O SEU SINDICATO.
EM 2017, 40 ANOS DE LUTA!**

Rede Municipal-RJ: conquistamos na luta o direito à nossa origem

A partir do diálogo aberto entre o Sepe e a nova gestão da secretaria de educação, foi acordado na audiência do dia 26 de janeiro, com o secretário Cesar Benjamin, que o processo de reestruturação da rede municipal está suspenso e que todos os professores que não se submeteram à remoção compulsória terão garantido o direito à origem, conquistado na greve de 2013, e, portanto, permanecerão lotados em suas escolas.

Todos os problemas relacionados à lotação dos professores e à garantia da manutenção de sua origem serão resolvidos, caso a caso,

em reuniões realizadas nas próprias escolas com os professores, a direção, a CRE, a secretaria e o Sepe. Isso já está acontecendo.

Portanto, o Sepe esclarece que não existe termo “excedente” para esses professores!

O que existe é o respeito à ordem de antiguidade da matrícula e o direito à origem, conquistado na greve de 2013 e garantido no acordo feito com o atual secretário!! Todo e qualquer ajuste que as escolas necessitem fazer para cumprir o acordo deverá ser discutido e decidido nas reuniões realizadas nas unidades, com a participação do Sepe.

PPP no governo Crivella não é “Projeto Político Pedagógico” e sim “Parceria Público Privada”

O prefeito Crivella planeja criar parcerias com o setor privado na educação infantil, desrespeitando o parecer da Câmara de Educação Básica nº 20/2009, que propõe a criação de um espaço construtivo, agrupamento de profissionais por turma e descumpra as Diretrizes e Normas da Educação Infantil.

A Educação infantil não é um depósito! Trata-se de um espaço de desenvolvimento da criança até cinco anos.

O Sepe defende concurso público para completar a carência de profissionais com competência pedagógica para lidar com uma fase tão especial da formação do ser humano.

JUNTE-SE AO SEPE E VENHA LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS

Na década de 90, realizamos uma grande campanha de filiação intitulada “Plantar, lutar, colher os frutos”, como uma homenagem aos funcionários administrativos, cuja filiação ao sindicato tinha acabado de ser aprovada em congresso do Sepe.

De lá para cá, nossa categoria cresceu e muitos novos profissionais entraram nas diversas redes de educação do estado e municípios. Os filiados ao Sepe contribuem ao sindicato de forma voluntária.

Em 2017, o sindicato fará uma nova campanha de filiação. São as contribuições voluntárias dos filiados que viabilizam a luta da categoria – reafirmamos que o Sepe é contra o imposto sindical (que é compulsória). Filie-se ao Sepe! Junte-se à entidade que há 40 anos não foge à luta!

Lei da mordaza é retrocesso

Tramitam, em diferentes Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas pelo Brasil, propostas de lei que instituem o “Programa Escola Sem Partido”, a lei da mordaza nas escolas.

Tramita também na Câmara dos Deputados a proposta de lei nº 867 de 2015 que tem a proposta absurda de incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, a lei da mordaza. Na Câmara, já foi criada uma comissão especial, em outubro do ano passado, que vem acelerando ao máximo os ritos para o projeto entre na pauta de votação de maneira célere – detalhe: a maioria esmagadora da comissão é formada por apoiadores do PL.

Mas o que é o tal “programa” escola sem partido? Ele foi criado pela organização do mesmo nome e constitui um ataque violento a qualquer projeto de educação emancipadora e crítica; pra começar, a organização em questão afirma que os professores não são educadores - o movimento inclusive indicado para leitura o livro “Professor não é educador”, de autoria de Armino Moreira, que serve de embasamento teórico para as suas propostas.

Esse livro propõe uma dissociação entre os atos de educar e instruir, defendendo que a escolas e professores não devem educar, apenas instruir. O Sepe se opõe firmemente à dissociação entre os dois atos, uma vez que ela vai totalmente contra o fundamento do projeto educativo que a nossa categoria sempre defendeu, seja nas assembleias, seja em nossos congressos e demais fóruns de debates.

Tem mais: os proponentes do programa atacam os professores que investem em um processo educativo que dialoga com a realidade do aluno, chamando-os de “criminosos que devem ser denunciados” – para isso fizeram até mesmo uma cartilha, “Flagrando o doutrinador”, que mais parece uma volta aos anos da guerra fria, da caça aos comunistas. Essa cartilha traz uma lista de características que deveriam ser buscadas na atividade docente para fazer as denúncias contra os professores.

O Escola Sem Partido assume uma concepção de “educação” na qual os alunos constituem uma “audiência cativa” aprisionada em uma sala de aula, isolada da realidade do mundo que a circunda, na qual é objeto da maquinação maquiavélica de doutrinadores metuculosos. Isso é um absurdo! A educação não pode ser dissociada da instrução!

A realidade dos alunos, os fatos que estão acontecendo no mundo e são relatadas nos noticiários, por exemplo, são a matéria do diálogo aberto que existe dentro da sala de aula, diálogo este no qual alunos e professores trazem as suas experiências cotidianas e seus saberes para constituírem juntos o conhecimento escolar.

E qual é a solução para o problema criado pela própria visão deturpada do processo educativo do Escola

Sem Partido? Uma lista com os “Deveres do Professor”, que deve ser afixada em todas as salas de aula do Brasil. Existem coisas tão mais urgentes a serem exibidas nas paredes de nossas escolas! Por que não fixar o valor dos recursos nacionais que deveriam ser dedicados anualmente para educação em oposição aos efetivamente recebidos? Por que não descrever para os alunos as condições básicas de infraestrutura que deveriam estar presentes em todas as escolas do Brasil? Por que não os informar que uma educação pública, gratuita e de qualidade é direito de todos?

Eis um dos tais “deveres do professor”: o professor não deve estimular “seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Ora, agir em concerto com outros no espaço público é parte essencial da vida em um regime democrático. A aprovação dessa proposta – seja em âmbito municipal, estadual ou federal – constitui uma afronta a um projeto de educação que forme os alunos para a atuação em uma democracia, na qual as manifestações são condição para a vida política.

Reformas ameaçam servidores e população em geral

A partir deste mês de fevereiro, com o final do recesso do Congresso Nacional e, nos estados, das Assembleias Legislativas, os trabalhadores brasileiros, sejam do setor público ou do privado, além de aposentados e demais cidadãos, têm um compromisso marcado com a luta pela defesa dos seus direitos contra os ataques programados pelo governo Temer.

O final do recesso parlamentar marca o início de um processo de discussão e votação de projetos de lei (PLs), projetos de emendas constitucionais (PECs) e outras medidas que, aliados aos que já foram aprovados no final do ano de 2016, como o Projeto de Emenda Constitucional 55 (a “PEC do fim do mundo”, que congela gastos e investimentos públicos em saúde, educação, segurança e em todas as áreas sociais por 20 anos), a Contra reforma do Ensino Médio (MP 746/2016), entre outras medidas, representarão um verdadeiro retrocesso em termos de direitos civis e trabalhistas. E, caso não haja uma reação forte e contundente da população em geral, tais medidas ameaçarão direitos mais elementares como o trabalho e aposentadoria dignos, habitação, saúde e educação.

Dessa forma, o ano de 2017 começa com uma palavra de ordem: mobilização e resistência. E cada profissional de educação, como a História tem demonstrado, tem um papel a cumprir nesta luta que é de todos. Não vamos pagar pela crise que não é nossa e por desmandos de governos corruptos e que só visam o bem exclusivo do sistema financeiro nacional e internacional.

CALENDÁRIO

8 E 9 DE MARÇO: SEMINÁRIO - EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE: EM DEFESA DA AUTONOMIA PEDAGÓGICA E DOS DIREITOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO;

09/03: ASSEMBLEIA DA REDE MUNICIPAL-RJ, ÀS 18H